



# As pulsões na política em São Tomé e Príncipe

Augusto Nascimento\*

P. 135-152

Aquando da vitória da Aliança Democrática Independente (doravante ADI), liderada por Patrice Trovoada, nas legislativas de 1 de Agosto de 2010, pensar-se-ia que, sob o lema da *mudança*, um novo ciclo político se inaugurava em São Tomé e Príncipe. Tal designio de *mudança* era anunciado pela aparente determinação de ruptura com o passado. Ao observador menos familiarizado com o arquipélago parecia igualmente que o triunfo da ADI se replicaria nas eleições presidenciais apazadas para 2011.

Para conferir congruência ao curso da política, este triunfo deveria acarretar uma renovação da governação<sup>1</sup>, mormente pelo corte com os procedimentos dos velhos políticos do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP) – aos olhos dos opositores, o governo era o dos *políticos* alojados no poder desde a independência –, assim se concretizando o desejo enfaticamente expresso nas ruas, em resposta, aliás, às palavras de ordem dos comícios da ADI. Parte substancial da votação de 2010 adveio da mobilização do ressentimento social animado por uma leitura simplista e moralista dos males da *política*, aos quais importava pôr cobro.

Porém, para quem acompanhe assiduamente a evolução do arquipélago, logo se terá perfilado a hipótese de esta vitória não se replicar. Era fácil prognosticar que Pinto da Costa, primeiro presidente do país, concorreria às eleições presidenciais<sup>2</sup> e que, após tentativas falhadas em 1996 e 2001, se arriscava, por assim dizer, a ganhar. Pessoas próximas do antigo líder do MLSTP afirmaram-se convictas de que ele ia concorrer e de que tinha fortes possibilidades de triunfar<sup>3</sup>.

Esta convicção equivalia (e equivale) admitir a propensão da sociedade são-tomense para sucessivamente acolher mensagens, não raro dissonantes mas até antagónicas, como as emanadas de Patrice Trovoada e de Pinto da Costa. Sem expressar clara oposição programática,

\* Investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa; colaborador do CEA-ISCTE/IUL, do CEAUP e do IHC da FCSH/UNL.

- 1 Sem prejuízo de algumas medidas “moralizadoras”, com o quê de propagandístico, não se terá renovado a prática política. Mas registaram-se diferenças na acção governativa. À primeira vista, a chefia de Patrice Trovoada surgia menos refém de cumplicidades locais, relativamente às quais parecia marcar uma distância como que sobranceira.
- 2 Salvaguardado o respeito devido aos sentimentos pessoais, pode afirmar-se que o elogio fúnebre de Alda do Espírito Santo foi um sinal inequívoco da disposição de Pinto da Costa de se candidatar a presidente (intenção que alguns antecipavam desde, pelo menos, meados de 2010). A alusão à “tristeza” de Alda implicava a promessa de saldar uma dívida moral, o que só podia significar o compromisso de um engajamento político activo.
- 3 *Em Julho de 2010, estava convicto de que Pinto da Costa ganharia com uma margem de votos algo confortável. Equivoquei-me na atribuição de uma vantagem confortável a Pinto da Costa, de resto, maior na primeira do que na segunda volta.*

estas mensagens implícitas sobrepõem-se umas às outras, substituindo-se na inculcação, cada vez menos profunda e duradoura, de uma réstia de esperança nos são-tomenses relativamente à inversão da trajectória de perda<sup>4</sup> a lograr pela regeneração da acção política. Assinale-se, esta regeneração é mais esperada dos políticos e menos de uma organizada e persistente participação cívica e política do comum dos são-tomenses.

Porque é que em 2010, na hora de uma alteração política expressiva – menos pela diferença de votos do que pela assertividade da mensagem simples da ADI sobre a remoção dos políticos “corruptos”, inequivocamente ao encontro do sentimento popular de desforra relativamente aos governantes do MLSTP –, se poderia profetizar sem grande margem de erro que Pinto da Costa, adversário de Patrice Trovoada (e do pai deste, Miguel Trovoada, para quem perdeu uma eleição em 1996), se candidataria e, decerto, ganharia as eleições presidenciais, dando corpo a um sentimento contrário à maioria que elegia a ADI e, em particular, Patrice Trovoada? Com efeito, em 2010, com razoável certeza podia aventar-se que, independentemente do desempenho governativo e da respectiva influência sobre a eleição presidencial, a ADI e Patrice Trovoada se arriscavam a perder a eleição a ocorrer em 2011. Como explicar este comportamento eleitoral pendular que, predito um ano antes e no exacto momento em que se afiguraria improvável, se perfila como algo paradoxal? Por analogia, quiçá indevida, com outros contextos, aventar-se-ia que os resultados eleitorais das legislativas de 2010 e das presidenciais de 2011 revelariam uma sábia procura do equilíbrio de poderes. Logicamente plausível, tal intuição relativa às vantagens desse equilíbrio poderá ter tido um papel, mas não explica o ziguezague eleitoral entre propostas políticas supostamente antagónicas, devendo desde já realçar-se que, provavelmente, o maior antagonismo não reside nem nas doutrinas nem nos programas.

De outra perspectiva, devedora da visão de uma microinsularidade constringedora da mudança social, pode interpretar-se a evolução política adoptando a ideia de um país avassalado por uma luta entre dois amos, Miguel Trovoada e Pinto da Costa<sup>5</sup>. Por outras palavras, dir-se-ia que, não obstante o contágio das mudanças no mundo, o comportamento dos são-tomenses reproduziria a conflitualidade de um passado mais ou menos remoto<sup>6</sup>. Tal inevitabilidade comprovar-se-ia, uma vez mais, nas eleições de 2010 e 2011. Sem negar o peso do historial dos conflitos entre Pinto da Costa, de um lado, e Miguel e Patrice Trovoada, de outro, esta será, em todo o caso, uma explicação redutora.

À distância, parecerá difícil interpretar os múltiplos significados das escolhas eleitorais em São Tomé e Príncipe em 2010<sup>7</sup> e 2011, de modo algum atribuíveis às propostas dos can-

4 Apesar de os indicadores macroeconómicos iniciarem a inversão da trajectória de perda do país, para o arraigamento da percepção dessa perda concorrem vários factos, entre eles, o empobrecimento, acentuado na década de 1990, de que o país vem recuperando lentamente, o crescente fosso entre ricos e pobres, a condenação destes à marginalidade e, ainda, a falta de perspectivas para os jovens que aferem os seus direitos pelos padrões de vida vigentes no exterior.

5 O estudo de Gerhard Seibert contribuiu para firmar a ideia de que a evolução política do arquipélago tem estado refém da rivalidade de dois actores, Pinto da Costa e Miguel Trovoada, agora substituído pelo filho. Tal rivalidade remontaria às questões de tempo do CLSTP, cf. Seibert, 2001.

6 Afora as imbuídas de um caldo cultural racista, que alguns considerariam resíduos da ideologia colonialista, correm formulações de diferente matiz, desde as mais elaboradas, *somos assim há séculos...*, até às da rua, *o são-tomense é assim!*, umas e outras denotando conformismo face à presumida índole dos são-tomenses. Logo, esta inescapável índole estaria na origem dos males do país. Contra estas armadilhas, que amiúde contaminam e colonizam o pensamento científico, importa indagar e descrever a mudança social em São Tomé e Príncipe e entre os são-tomenses.

7 Já para não falar dos resultados das autárquicas de 25 de Julho, dos quais se dizia terem baralhado as sondagens que davam vitória à ADI nas legislativas de 1 de Agosto. Diga-se, nas ruas pressentia-se esta vitória, que pareceu posta em dúvida pelos resultados das autárquicas, que deram a impressão de o MLSTP poder de novo vencer sobre a linha de meta.

didatos. Em si mesma, a oscilação dos resultados no curto espaço de tempo poderia não ter tido um impacto particularmente decisivo para a evolução do país. Todavia, Pinto da Costa veio a patrocinar a queda do governo de Patrice Trovoada. Ora, a considerar-se este desenlace como inevitável, então maior perplexidade suscitam os resultados das eleições de 2010 e 2011, o das últimas de modo algum apenas ditado pelo eventual desencanto do eleitorado de Patrice Trovoada.

A aceleração das mudanças sociais e da conflitualidade política autorizam o enfoque de um lapso cronológico assaz circunscrito, o do ano entre os dois actos eleitorais em causa<sup>8</sup>, aqui tomados como mote para alguns apontamentos sobre a volatilidade e as pulsões na política no arquipélago. Que elementos se revelaram preponderantes em 2010 e 2011 e quais as consequências das pulsões no futuro do país? Que eventuais traços de ponderação acerca da vida colectiva indiciam os resultados eleitorais? De outro ângulo, mais do que de uma irracionalidade desgovernada, podemos falar de uma pulsão que gera um movimento pendular de permanente correcção das derivas do rumo do país? Em todo o caso, dir-se-ia que não se constroem consensos mínimos necessários a uma condução política com algum horizonte de estabilidade, nem, em alternativa, se traça, a partir de uma escolha política clara, um rumo de desenvolvimento apoiado por uma proficiente acção governamental. É objectivo deste ensaio elencar factores da história recente do arquipélago, tendo presente a volatilidade dos cenários políticos, manifesta nos previsíveis resultados eleitorais de 2010 e 2011. Delinear-se-ão hipóteses explicativas de um cenário político caracterizado pela instabilidade governativa e no qual a observância formal dos mecanismos de legitimação coexiste com (e, nessa medida, sanciona) práticas que têm conferido à recente evolução política uma nota que supostamente desmente as vantagens por regra associadas ao multipartidarismo adoptado em 1990.

## As eleições de 2010 e de 2011

Para os são-tomenses mais novos, muitos deles numa trajectória de desenraizamento<sup>9</sup> e, em todo o caso, expectantes relativamente ao desempenho do Estado<sup>10</sup> no tocante à satisfação dos seus direitos<sup>11</sup> — inferidos dos padrões de vida dos instalados ou do que se constata ser cor-

8 Relembrando a previsão dos resultados de 2011 feita um ano antes, diria que este texto começou a ser pensado e escrito em 2010. Foi apresentado em 2012 no Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica, Lisboa, ISCTE, 27 a 29 de Março.

9 Alguns desses jovens foram crianças espoliadas pela miséria que assolou os seus pais nas décadas de 1980 e 1990. Na cidade, quedam-se frequentemente pela economia informal, o que se traduz na falta das mínimas expectativas de vida.

10 Apesar de desmentida pelo pobre amparo do Estado, a expectativa relativamente ao desempenho estatal é algo de constitutivo das condutas dos são-tomenses, mesmo se a razão e o conteúdo das expectativas têm mudado com o tempo. A convicção acerca das obrigações do Estado decorre da percepção de que pelo Estado passam os recursos. Por isso, continua a esperar-se de quem manda no Estado a resolução dos problemas, sobretudo dos mais imediatos.

11 Tais jovens representar-se-ão como injustiçadamente pobres. À inegável assimetria decorrente da liberalização económica e da informalidade nos laços laborais, soma-se a subjectividade da leitura dos factores de empobrecimento. Esta visão relativa à (injustiça da) sua situação – atribuída à apropriação indevida da riqueza oriunda do exterior por alguns em detrimento da população – basta-lhes para firmar o convencimento da necessidade de desagravos e de reparações.

A sua pobreza pode ser relacionada com a exclusão do mercado de trabalho e com a menor oferta de oportunidades, como bolsas de estudo, numa época em que os vínculos sociais, mormente os familiares, parecem deixar de ser garantia satisfatória, mesmo se, objectivamente, esses laços ainda são cruciais no sustento dos jovens e, sobretudo, dos seus descendentes. Seja como for, vale a percepção de que o suporte familiar não ajuda a garantir o futuro.

riqueiro no exterior —, possuídos das certezas de um moralismo simplista e, nessa medida, propensos à intolerância<sup>12</sup>, as eleições de 2010 revestiam-se de um significado político inequívoco: era imperativo desalojar do poder os *ladrões* e os *corruptos*. O juízo pronto acerca da governação danosa do país por corruptos encaixava no lema *corruptos, rua, ladrões, rua!* que animou os comícios da ADI. Nenhuma mensagem substantiva valia tanto como este *slogan*<sup>13</sup>. Por ocasião da campanha eleitoral, surgiram tonitruantes acusações relativas ao roubo de petróleo são-tomense a perpetrar por Portugal e Angola com a cumplicidade do governo em exercício<sup>14</sup>. Somava-se a circunstância de este governo ter resultado de uma coligação MLSTP e PCD que apeara, de forma dita “traícoeira”, o governo de coligação ADI, PCD e MDFM, chefiado por Patrice Trovoada. Tal dava fôlego à ideia de que os governantes, desfrutando embora da condescendência externa – justamente pela conivência com os atropelos aos interesses do país –, não tinham legitimidade. Aos *ladrões* e aos *corruptos*, importava pô-los na rua. Sobre tudo para os mais jovens, a remoção dos governantes parecia um requisito imprescindível para uma governação atenta às suas expectativas e às necessidades do país.

Na sua campanha eleitoral, na qual o conteúdo programático era secundário<sup>15</sup>, a ADI explorou a insatisfação dos jovens com dificuldades, entre os quais os valores de outrora, aprendidos nos contextos familiares, perderam valia, derrogados pelo sucesso dos poderosos<sup>16</sup>. Também por isso, no domínio político pareceu cavar-se um fosso geracional face aos mais velhos – familiares ou dirigentes políticos<sup>17</sup> –, cujo insucesso, segundo os mais jovens, se comprova pelas difíceis circunstâncias do país.

Desenraizada e concentrada na capital, onde a intervenção do Estado se afigura cada vez menor – salvo para a imposição de medidas administrativas tidas por injustas por dificultarem o desenrascar da vida ou para a contenção (se necessário, policial) dos protestos –,

---

Com efeito, a família deixou de ser uma matriz decisiva na socialização e encaminhamento profissional dos jovens, conquanto certas ascensões sociais ainda se façam por conta das redes familiares. Porém, e não obstante o propalado respeito pelos *mais velhos*, a mobilidade social e, sobretudo, o empobrecimento contribuíram para a corrosão do patriarcalismo e da ascendência dos *mais velhos*, processo concomitante da menor importância das famílias enquanto suporte social.

- 12 Produto de uma posição anti-sistema causada pela marginalidade social e compreensivelmente ligada ao ressentimento pelo afastamento das oportunidades de vida, esse moralismo simplista acerca dos políticos pode transformar-se num espírito justiceiro apoiante de posições de força. Timidamente embora, assim aconteceu aquando das intonações militares de 1995 e de 2003, independentemente ou por causa da inexistência de um programa político dos revoltosos. O apoio era devido ao que tais movimentações comportavam de reacção aos privilégios dos poderosos.
- 13 É curiosa a continuidade de procedimentos sob vários regimes, em parte resultante do vazio de políticas e/ou da dissimulação das intenções políticas. Aquando da realização de umas “eleições” em contexto monopartidário, também se deu a voz ao povo, não para este se pronunciar sobre políticas, mas para legitimar a suposta actuação das autoridades contra os malandros e preguiçosos (cf. *Revolução* nº63, 15 de Março de 1980, p.3). Independentemente da diferença dos regimes e da autenticidade variável das eleições, estas foram ocasião para se clamar contra os outrora preguiçosos, hoje corruptos.
- 14 Veja-se Nascimento, 2010.
- 15 Num certo sentido, e sem embargo do aparato profissionalizado da campanha – indiciadora da posse de meios, o que atrai votos –, esta quase se resumiu ao desempenho de Patrice Trovoada, parco em intenções, doutrina e programa, antes focado na intenção de *mudança*, isto é, em apelar os governantes em exercício. Já no Príncipe, a campanha revestiu o carácter de uma quase negociação entre a população e o candidato, selada com a assinatura de um acordo entre Patrice Trovoada e a população da ilha.
- 16 No arquipélago, os padrões de vida de todos, poderosos incluídos, estão sob escrutínio público. Numa sociedade onde a liberalização económica se traduziu na ostentação de uma súbita e injustificada riqueza, esta é ainda mais afrontosa por pressupostamente colidir com a negação das aspirações ao consumo de bens básicos da maioria da população económica e socialmente marginalizada.
- 17 Em 2010, esteve subliminarmente presente uma questão geracional. No arquipélago, se a independência correspondeu a um arredar da “tradicional” elite da terra, também se aventará que, em 2010, aflorou um antagonismo geracional, pois os jovens moveram-se contra o que sentiam ser uma espécie de gerontocracia política, que não largava o poder para alguém mais novo.

a juventude constitui um elemento social de peso. Diferentemente dos progenitores, os jovens não parecem dispostos a abdicar da vida ou a trocá-la pela construção de amanhã ridentes a legar aos vindouros. Sem razões para alimentar esperanças, menos ainda de ascensão social, propendem a reclamar para já as oportunidades de vida<sup>18</sup>.

Esta não será a visão dos governantes. Ainda assim, o primeiro-ministro, Rafael Branco, veio a público reconhecer como razão da derrota o papel da camada jovem, que a sua mensagem não cativara. Na realidade, a questão não foi de ordem comunicacional. De antemão, a *rua* não queria saber de programas eleitorais, cuja apresentação formal e intelectualizada não a tocava. Em razão da greve na Televisão São-Tomense na altura da campanha eleitoral, o MLSTP proporcionou a transmissão da final do Mundial de futebol de 2010 numa praça de São Tomé e aproveitou o intervalo do jogo para projectar um vídeo com o seu programa eleitoral. Quando a mensagem do MLSTP começou a roubar uns minutos de transmissão da segunda parte, o jovem público presente na praça deu mostras de viva impaciência. Ainda que a beneficiar de um *banho* simbólico, mostrou animosidade por o privarem do que lhe era devido pela presença no local. Afinal de contas, o destino dos governantes estava traçado e o que importava era o jogo.

Como se afirmou, para quem desconhecesse o abastardamento do lema da *mudança* ao longo de anos ou tomasse os motes propagandísticos pelo seu valor facial, em Julho de 2010 a *mudança* parecia irromper com o ímpeto de uma promessa regeneradora, ainda que tal se devesse mais a uma atitude de desafio aos governantes do que a propostas políticas concretas e exequíveis. Também por isto, e a despeito da veemência da *rua* contra o MLSTP e o governo, cumpria duvidar da renovação das práticas de poder. Ora, parte dos jovens não teria presente o historial de desilusão subsequente à implementação do multipartidarismo em 1990-1991, quando a *mudança*, personificada por Miguel Trovoada, varreu o país, castigando politicamente o MLSTP pelos anos de regime de partido único<sup>19</sup>. Até hoje, a *mudança* torna-se apelativa – por regra, contra o MLSTP – pela relação que aparenta ter com o que existe fora e que constitui aspiração de vida da generalidade dos jovens. Da mesma forma, também a política se mantém atractiva, decerto pelas possibilidades de decisão sobre oportunidades económicas.

Rapidamente se chegou às eleições presidenciais, a que Fradique de Menezes, presidente em exercício, não podia concorrer. Apesar da limitação de poderes presidenciais, a movimentação para a eleição de 2011 conferiu-lhe particular importância, por se antever que nela se jogava o destino do governo. O primeiro facto notório foi o número de candidatos<sup>20</sup>: começaram por ser 14, iniciaram a campanha 9, juntando-se-lhes Delfim Neves, que viu aceite o recurso da sentença judicial que o afastara de corrida eleitoral. Os campos dividiram-se. O do governo era personificado por Evaristo Carvalho, que concorria pela ADI e, forçoso é concluir, por indicação de Patrice Trovoada, que, disse-se, fora travado pelos do seu partido na sua pretensão de concorrer a presidente<sup>21</sup>. Já o campo da oposição

18 O desajuste entre as demandas da população jovem e a incapacidade de a sociedade e o Estado proporcionarem empregos e modos de vida geram uma pressão social visível. Por exemplo, os mancebos voluntários superam por largo a capacidade de incorporação dos contingentes militares.

19 Diga-se, para logo o reabilitar nas eleições autárquicas de 1992, nas quais a votação no MLSTP terá reflectido a desilusão com a governação da *mudança*.

20 Sinal de mudança social, vários militantes do MLSTP candidataram-se, sabendo ou podendo conjecturar que o líder histórico o faria também. Há anos, esta marcação de terreno para as eleições seguintes seria improvável.

21 A ter concorrido, não seria a primeira vez. Tentando marcar terreno à custa da animosidade contra Fradique de Menezes, contra quem, todavia, ninguém se dispunha a perder, em 2006 Patrice Trovoada avançou contra o recandidato Menezes (em 2001 lançado pelo pai, Miguel Trovoada, contra a candidatura de Pinto da Costa, tal a leitura que fica

estava pulverizado. Só aparentados com o MLSTP, concorriam quatro candidatos, entre eles, duas mulheres. Daí adveio a dispersão de votos, embora a vantagem de Pinto da Costa obtida na primeira volta fosse apreciável.<sup>22</sup> Os resultados obrigaram a uma segunda volta entre Pinto da Costa e Evaristo de Carvalho.

Diga-se, para além de alguns boicotes, a abstenção da primeira volta foi atribuída à falta de *banho* na hora do voto<sup>23</sup>, porquanto, admitiu-se, as pessoas só se dispunham a votar se houvesse *banho*. Sem embargo, a abstenção denotará também um alheamento da população relativamente à política, menos por alienação do que pela convicção da falta de um qualquer rumo para o país. Após uma campanha pautada pela troca de acusações relativas ao *banho*<sup>24</sup>, Pinto da Costa venceu Evaristo de Carvalho por uma margem menor do que a conjecturável a partir da soma dos votos da primeira volta nos vários candidatos, indício da volatilidade das motivações dos eleitores. Apesar de criticada e de pontuada por conflitos de significado simbólico não desprezível, a condução política de Patrice Trovoada não fora de molde a suscitar um vincado sentimento de desforra face a promessas não cumpridas<sup>25</sup> – provavelmente, nem seria arriscado sentenciar que ninguém, nem mesmo parte dos seus eleitores, acreditaria no cumprimento de promessas –, pelo que importará encontrar outras razões para a dissonância das votações num tão curto espaço de um ano.

Em 2010, no rescaldo das eleições legislativas, alguns não queriam crer na vitória de Pinto da Costa. Mas tal vitória e a oscilação eleitoral a ela subjacente dizem bem do peso da emotividade das escolhas políticas no arquipélago, capazes de o levar numa (suposta) direcção e, quase simultaneamente, na direcção (supostamente) contrária. É como se, a coberto de uma errância imponderada, se sedimentasse um voto anti-sistema contra todos os políticos, ainda que capitalizável pelos políticos que se apresentem com promessas de mudanças por que todos aspiram a todo o momento. Detenhamo-nos nesta aparente volatilidade política, tentando descortinar os factores deste comportamento político e eleitoral.

para a história). Numa decisão algo controversa, o MLSTP apoiou Patrice Trovoada, conferindo-lhe relevância política que, em todo o caso, nunca dependeria apenas deste facto. Em última análise, depende das posses financeiras que não se lhe conhecem mas que se lhe atribuem.

- 22 Brotando embora de realidades diversas, realcem-se os votos conseguidos por Filinto Costa Alegre, Elsa Pinto e Aurélio Martins. Este empresário tomou conta do MLSTP para se guindar a candidato presidencial (um quase mimetismo com os partidos de um homem só). De assinalar que o MLSTP quase se demitiu de agir, parecendo tão-somente esperar por nova liderança.
- 23 Entre as inúmeras caracterizações do banho, consulte-se a de Wuando Castro em <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/31987>, acesso: 24 de Março de 2012.
- 24 Depois de o jornal *O Parvo* ter mostrado imagens do *banho* de Pinto da Costa, o jornal digital *Téla Nón* mostrou Evaristo de Carvalho a doar dinheiro numa zona popular, em resultado do que se gerou uma alteração entre os circunstantes que tentavam arrebancar o máximo de notas (cf. <http://www.telanon.info/politica/eleicoes-presidenciais/2011/08/01/8054/evaristo-carvalho-confirma-%E2%80%99Cbanho-de-boca-de-urna%E2%80%99D-como-eixo-central-da-campanha-da-adi-na-segunda-volta/>, acesso: 9 de Junho de 2013). O *Téla Nón* foi acusado de retaliação e de estar ao serviço de Pinto da Costa.
- 25 Excepto no caso do Príncipe, onde as promessas de Patrice Trovoada foram substantivas, tendo, aliás, sido interpelado a esse respeito (cf., por exemplo, <http://www.telanon.info/politica/2010/04/28/2991/adi-assina-com-forcas-vivas-do-principe-pacto-para-o-desenvolvimento-da-ilha/> e <http://www.telanon.info/politica/2011/12/02/9173/acordo-que-patrice-trovoada-assinou-com-a-populacao-do-principe-e-falso/>, acesso: 9 de Junho de 2013). Quando o contraste entre as promessas e o seu incumprimento se tornou flagrante e, mais especificamente, quando da aparente oposição a um mega-investimento estrangeiro na ilha, desenhou-se uma reacção popular, amparada pelas autoridades regionais, contra a negação das promessas feitas presencialmente na campanha eleitoral.

## Os vectores da volatilidade política

Alguna volatilidade surge associada a factos como, por exemplo, as sentenças moralistas sobre os políticos, a comunhão emocional gerada pelo imaginado providencialismo do chefe ou pelo *banho*, a ausência de ideologias e a fulanização dos partidos – as mensagens políticas são os próprios candidatos –, dados que, pessoalizando-as, determinam as eleições. O curso da política vai sendo pontuado por fugazes comunhões emocionais que, substituindo-se às frustrações das esperanças nas promessas dos recém-eleitos, desembocam nalguma errância política. A respeito do arquipélago, mais útil do que usarmos a imagem de *cadinho crioulo*, outra usada para caracterizar uma identidade cultural ou, mais prosaicamente, uma forma de ser que punha os são-tomenses de bem consigo mesmos, com a história e com o mundo, será aludirmos a um caldeirão político, onde as possibilidades de determinação dos comportamentos são limitadas, excepto no tocante à incessante mutação das condutas e à acelerada erosão de códigos sociais que alguns julgavam intemporais.

De difícil caracterização enquanto actor político, a *rua* – na sua maioria jovem e desempregada ou a viver da informalidade, que se desdobra da economia à barganha por proventos, por exemplo, por ocasião das eleições –, tende a tecer juízos de uma posição anti-sistema político. Em razão da rala integração na vida política e social, a *rua* pode mover-se pelo mero imperativo de apejar os governantes. Entre a população desapossada enraizou-se a convicção do que de irremediável comporta o fosso entre ela e os mandantes. No actual ambiente de liberdade de expressão, tal desemboca na prontidão com que, em qualquer lugar, os políticos em geral são denominados *ladrões*.

Actualmente, as dificuldades quotidianas são menores do que após a independência. Todavia, desaparecido o medo do tempo do partido único, as dificuldades suscitam várias formas de pressão social, a que, por ora, o funcionamento institucional, as relações clientelares e o *banho* vão dando vazão. Fazem-se exigências em nome da reivindicada igualdade de direitos – também sugerida pela contiguidade física e pela intensa interacção pessoal e social – que, sem outra tradução, requer, pelo menos periodicamente, uma compensação imediata em bens materiais, como sucede aquando do *banho*, também explicável por carências, nalguns casos extremas. A comunhão emocional não é suscitada por qualquer mensagem política substantiva, antes leveda em torno de quem ostenta prodigalidade na distribuição de bens ou promete uma reparação sumária aos desfavorecidos, a concretizar pela punição dos *políticos*, isto é, dos poderosos.

Desde há anos, as eleições demandam o *banho*, a propósito do qual os nexos entre as atitudes dos vários actores são multiformes. O *banho* é ocasião para negociação implícita e, por vezes, explícita entre candidatos e eleitores. Por conta disso, simula-se uma comunhão emocional, patente nas *t-shirts* envergadas tanto por militantes como por “profissionais” das passeatas, os quais carregam consigo *t-shirts* das diferentes candidaturas para, por seu alvedrio, se incorporarem nas comitivas dos candidatos a quem depois exigem compensação monetária<sup>26</sup>. Tendo abdicado de ser portadores de valores ou, sequer, de ideias próprias, os partidos polarizam afeições interessadas em dádivas materiais. Qual reverso conveniente da acrimónia para com os *políticos*, estes são abordados pelas pessoas para resolver problemas pessoais, isto é, para obter dinheiro para os mais variados fins, por exemplo, viagens ao

26 Conta-se que os motoqueiros se integram de sua livre e espontânea vontade nas comitivas eleitorais, exigindo depois uma compensação por esse desempenho. Tal narrativa tem uma forte probabilidade de ser verdadeira, atentas as dinâmicas de captação de votos no arquipélago.

estrangeiro<sup>27</sup>. Logo, o famigerado *banho* será a face visível de um processo bem mais decisivo de contínua estruturação de clientelas políticas, processo que se articula com a dependência do assistencialismo de particulares e com a sedimentação das diferenças entre poderosos e seus clientes, por um lado, e demais indivíduos, por outro. Dada a fraqueza das instituições, este processo de permanente recomposição de lealdades clientelares chegou para ficar.

Fomentando o engodo como mensagem política e a duplicidade como conduta de eleitos e de eleitores – todos descreem de tudo –, o *banho* constitui-se como um indutor de anomia social, tendência que torna risíveis os pronunciamentos relativos à punição dos implicados no *banho*. Diga-se, corrosivo da acção política, o *banho* poderia ser encarado como uma reacção dos marginalizados contra o sistema político, tal a inferência da analogia da apropriação e instrumentalização dos Estados pelas sociedades africanas<sup>28</sup>. Aliás, os candidatos nem sequer têm a certeza do retorno em votos do dinheiro e dos bens distribuídos<sup>29</sup> (mais, não se errará ao dizer que alguns já terão comprovado que o *banho* não rendeu os votos expectáveis, para não dizer nem um só voto, incluindo de indivíduos inscritos como militantes). Como os próprios políticos anuem, de instrumento de aliciação do eleitorado, o *banho* virou uma canga, uma *maldição que se abateu sobre o nosso país*, como o caracterizou um histórico do MLSTP<sup>30</sup>. Ora, o *banho* é o veículo de reprodução de uma classe dirigente, cujos elementos deverão ser homens providenciais no sentido de disporem ou de circularem próximo do dinheiro. Noutros termos, o *banho* perpetua-se e tem um papel na reprodução da nomenclatura política, porquanto só quem possui ou angaria somas avultadas para fazer propaganda – isto é, para distribuir e fazer distribuir dinheiro e bens – consegue congregiar lealdades e tecer alianças para se afirmar politicamente. A aura das figuras políticas varia na razão directa da respectiva riqueza, imaginada pelas descrições de prodigalidade e estimada pelos bens ostentados. Não menos relevante, ocorre a cotação da figura ser proporcional ao desconhecimento do modo como angariou a presumida fortuna. O comum dos políticos faz-se à custa da aparência de poderio económico. O esvaziamento dos critérios de avaliação política pelas derivas dos governantes acabou por impor como factor de credibilização o dinheiro que se aparenta ter para dar a quem se mostrar próximo. Daí a força imperativa do *banho*, qual canga assestada, sim, sobre os políticos sem capacidade de distribuir dinheiro e bens.

As ofertas de bens transmudaram-se na exigência de *banho* – imitando os privilegiados, a população aproveita todas as oportunidades como se fossem irrepetíveis – e, por via disso, os partidos transformaram-se em agências de redistribuição de bens – tal a mutação social e política operada há anos. Logo, a cada eleição, a mobilização popular advém cada vez

27 Por força das circunstâncias, escutei parte de uma conversa telefónica em que um dirigente partidário ia anuindo, algo contrafeito, ao que parecia ser a demanda do pagamento de uma viagem ao estrangeiro. Confirmando a conjectura, uma vez fechado o telemóvel, o político lamentou-se do estado a que tinham chegado os partidos. Foi-me asseverado não ser caso único (testemunho pessoal, A Nascimento).

28 Tal a proposta interpretativa de Chabal (1993), a partir da qual ele lê a especificidade da política em África, diferente do facto político observado, por exemplo, na Europa.

29 Veja-se, por exemplo, um testemunho em [http://bocapito.blogspot.pt/2010\\_08\\_01\\_archive.html](http://bocapito.blogspot.pt/2010_08_01_archive.html), acesso: 10 de Junho de 2013; consulte-se Vicente, 2013.

30 O *banho* provou ser uma maldição, sobretudo a partir do momento em que se tornou uma exigência popular – “JÁ NÃO HÁ VOTO GRÁTIS”, tal o teor de um comentário escrito no respaldo de uma notícia sobre banho na campanha eleitoral de Evaristo Carvalho, cf. <http://www.telanon.info/politica/eleicoes-presidenciais/2011/08/01/8054/evaristo-carvalho-confirma-%e2%80%9cbanho-de-boca-de-urna%e2%80%9d-como-eixo-central-da-campanha-da-adi-na-segunda-volta/>, acesso: 24 de Março de 2012 – que, afinal, não replica senão o comportamento de políticos. Estes iniciaram a prática que agora dizem lamentar.

menos da partilha de valores ou da sintonia com um (ainda que vago) projecto político. A cada momento, a empatia emerge em torno da personalidade que ostente dinheiro e poder. Em suma, ainda que de forma variável, o voto é pautado pelo *banho*, que hoje já não torna gratos os desapossados, nem diminui o rancor para com os *políticos*. Porventura, outros factores pesarão na mobilização em cada ocasião eleitoral. Mas a descrença generalizada fora dos períodos eleitorais sugere que, nas companhias, a emotividade – suscitada pela suspensão do tempo comum substituído pelo das eleições – é norteadada pela contabilidade dos pequenos ganhos e/ou pelo desejo popular de desforra.

Diferentemente de outrora, e na medida em que a liberalização política deu azo à exibição das diferenças económicas, em que os laços sociais deixaram de conferir segurança – a acumulação de riqueza, a apropriação de terras e, simbolicamente, os muros das propriedades são o desígnio dos que se poderiam constituir como uma elite – e em que não se vislumbra um projecto económico e social galvanizador, os bens e a relação clientelar que os garante tornaram-se o crivo da escolha política, da opção partidária e da filiação clientelar. Alardeando um descaramento inaudito aos olhos dos mais velhos, os jovens listam as suas demandas materiais para aderir a um partido. Na realidade, mais não fazem do que tornar explícito aquilo que decerto implicitamente subjaz às opções de muitos actores políticos. Nessas demandas pesam pouco ou nada as convicções ideológicas. Pesam, sim, as expectativas de obter, se não garantias para um futuro ou uma trajectória ascensional, ao menos um qualquer ganho imediato.

Nestas circunstâncias, desprovidos de ideologia, os partidos tendem a ser agremiações, de um homem só<sup>31</sup>, facto correlato da menor importância da colegialidade<sup>32</sup>.

A manterem-se as actuais circunstâncias, a tendência para ombrear com o homem forte de cada momento não mudará facilmente.

Na esteira da pobreza intelectual e da ausência de participação cívica na era colonial, prolongada no tempo do partido único<sup>33</sup>, hoje ainda se constata a fraca influência do debate público. Sem debate público, não se constrói uma intersecção mínima entre eventuais projectos políticos<sup>34</sup>, nem se escolhe um rumo. Apesar da actual abertura do espaço para debates programáticos e ideológicos, a discussão, antes cercada por argumentos de autoridades do chefe, não ocorre, submergida pela prevalência do *banho* e pela premência do *desenrascar a vida*.

Com efeito, não está tanto em causa a falta de ideias ou de projectos (que florescem em virtude da qualificação académica dos jovens e da circulação da informação) quanto a de

31 O providencialismo em torno das figuras políticas, decantado no regime de partido único (para não remontarmos ao colonialismo), já favorecia a fulanização dos partidos, facto, que a criação da ADI, por Miguel Tovoada, e, posteriormente, do MDFM por Fradique de Menezes, veio acentuar. No tempo do partido único, a carga ideológica do MLSTP era maior. Todavia, a colegialidade seria assaz limitada por relações rigidamente hierarquizadas, justificadas pelo centralismo democrático, bem como pela informalidade da tomada de decisões em círculos mais restritos do que os órgãos dirigentes do próprio MLSTP.

32 O MDFM não recuperará da orfandade causada pelo abandono da política do ex-presidente Fradique de Menezes. Mais do que uma punição eleitoral, a votação de 2010, pela qual o MDFM elegeu um deputado, traduz a convicção de que o ex-presidente não terá protagonismo político que lhe permita distribuir réditos do Estado.

33 Numa brevíssima menção histórica, lembre-se que, na era colonial, a extroversão económica e a marginalidade do tecido social ilhéu se constituíram como óbices, não apenas à acumulação endógena e à mudança social, mas também à capacitação de elites locais. Prolongando o pecado do colonialismo, o monolitismo do regime de partido único no pós-independência contribuiu para o letargo do arquipélago no que a elites dizia respeito, cf. Nascimento, 2007.

34 Por exemplo, a luta contra a pobreza é uma indução do exterior e, nessa medida, mais uma complexa tarefa administrativa do que uma política.

elites, pois que, como se disse, os indivíduos diferenciados buscam, sobretudo, amealhar um pecúlio e garantir uma posição. Sem embargo do contributo dos tirocínios no exterior e do crescente papel da diáspora, não há um consistente desempenho de elite<sup>35</sup>. Falta espaço público com instituições de referência e escasseiam elites interventoras, decididas a recusar a cooptação para o exercício político ou para a mediação de interesses. Somada à conflitualidade interpessoal, a ausência de um desempenho de elite comprometido com o bem público favorece a fulanização da política e, por conseguinte, suscita pulsões em vez de ideários e de projectos.

À margem das mensagens progamáticas, a que ninguém presta atenção, são diversos os sinais que os vários candidatos transportam consigo para suscitar a adesão afectiva de que se constitui a escolha política da *rua*. Na campanha de 2010, sem mensagens substantivas, prevaleceram os pólos da ADI, mais vistosos do que as t-shirts dos partidos concorrentes e, sobretudo, o lema *corruptos, rua, ladrões, rua*. Esta mensagem conferiu força anímica aos seguidores (talvez mais do que apoiantes) da ADI e, mais precisamente, de Patrice Trovoada.

Diluídas as ideologias, sem elites, líderes ou lideranças, na ausência de uma interlocução efectiva em defesa dos são-tomenses marginalizados pelo processo de mudanças económicas e de concentração da riqueza, aos excluídos restará o sentimento de desamparo por uma vida sofrida. A marginalização, quando não dê origem ao conformismo, pode acentuar os ressentimentos. Quando estes não se traduzam em pequenos motins, levarão a um ambiente propenso a despiques eleitorais com forte carga emocional, cuja manipulação, em última instância, favorece a fulanização da política. A cada eleição, os candidatos procuram ver reflectidas em votos a mobilização de vontades em torno dos seus propósitos políticos e, sobretudo, da sua pessoa.

Estes factos propiciam uma volatilidade das opções eleitorais, decorrente do juízo do que é o interesse próprio, imediato, elemento que, presente no grosso das liças eleitorais, estará sobre-representado nas de São Tomé e Príncipe. Sem classe média, sem espaços de consenso, avultam as clivagens extremas e alguma volatilidade de voto que se move de candidato para candidato. O rumo do país, isto é, das vidas das pessoas é julgado em função da propensão providencialista do Estado ou de quem nele mande. No arquipélago, o que legitima o poder não é necessariamente a congruência de procedimentos ou de discursos. É, antes, o aparato de poder pessoal e o das possibilidades de uma acção de matiz assistencialista. Tal favorece o candidato que, com esta promessa, for ao encontro de sectores da população descrentes e desesperados, propensos, apesar de frustrações passadas, a crer em desempenhos assistencialistas. Os mais lúcidos limitar-se-ão a aproveitar os ganhos de cada momento porque, fora das campanhas, pouco ou nada há a esperar.

O sucessivo incumprimento das promessas, coetâneo do enriquecimento dos políticos<sup>36</sup>, firma a ideia da perenidade do fosso entre estes e o comum da população. Isentos de responsabilidades, os políticos sujeitam-se apenas ao desprezo e à chacota a que, entrementes, se imunizaram.

35 No tocante à rarefacção das elites, importa também entrar em linha de conta com a dinâmica de expatriação das pessoas e, em particular, das diferenciadas, dinâmica operante nos territórios microinsulares.

36 Na *rua*, lavra a intuição de que o grosso dos recursos provém do exterior e de que a manipulação e o rateio desses recursos são a fonte de enriquecimento dos que passam pelo poder.

## A redenção chegada de fora

Dissemo-lo, uma constante das sucessivas propostas eleitorais é o acento na regeneração das práticas políticas, como se cada candidato se propusesse inaugurar um tempo novo<sup>37</sup>, distinto do prevalecente até então. A cada pleito eleitoral, os candidatos apresentam-se sempre com a promessa de erradicar ou, pelo menos, minorar as dificuldades da população e, ultimamente, de restaurar a autoridade do Estado e de repor a moralidade na gestão pública. Até agora, a (fugaz) credibilidade das reiteradas promessas de regeneração política tem-se esboroadado com o invariável falhanço de quantos têm prometido com estrondo mudar o *status quo* antecedente.

Em sucessivas ocasiões, a adesão a personalidades com soluções redentoras prevaleceu sobre a valorização de políticos com tirocínio nas ilhas. Este facto comprova o ralo reconhecimento de individualidades locais, tanto pela depreciação dos seus percursos – também pela condição em que jazem as ilhas –, quanto pela tendência da micro-sociedade dependente e pobre para gerar expectativas relativamente a figuras salvadoras porque exteriores à terra ou à política.

Assim como do exterior chegam as agendas de governação e os respectivos fundos, assim também chegam os chefes (que não necessariamente líderes) políticos. Com efeito, à desilusão e ao desamparo social acodem, a cada passo, soluções redentoras vindas do exterior<sup>38</sup>. É de notar que todos os líderes e todas as mudanças, mais ou menos profundas mas sempre com consequências imprevistas, chegaram de fora. Além do que o próprio colonialismo continha de exterioridade, mormente a governação, o providencialismo e as promessas de redenção chegados do exterior são uma constante há décadas. Num certo sentido, a “luta” contra o colonialismo foi, algo tardia e intempestivamente, importada após o 25 de Abril de 1974. O nacionalismo e os dirigentes independentistas, guindados ao poder em 1975, forjaram-se no exterior. A adesão a propostas salvíficas de 1974-75 esmoreceu nos anos 80, renasceu em 1991 e em 2001 e, de alguma forma, em 2010. Embora com conteúdo diferente, aflorou nas presidenciais de 2011.

Vejamos, em 1990, Miguel Trovoada, ungido pela ânsia popular de desagravo das afrontas do partido único, retornou de uma década de exílio. Nalguma medida, também Fradique de Menezes chegou do exterior da política. O seu anterior compromisso político e governativo fora ténue e circunstancial e, ademais, apagado pelo seu enriquecimento que, aos olhos dos são-tomenses, era prova bastante da sua capacidade. Por isso, apareceu como que chamado do exterior da política para o imaginado desiderato de lhe conferir eficácia pela aplicação da racionalidade demonstrada nos negócios<sup>39</sup>, o que pressupunha remover

37 Ao contrário do que se suporia a partir das promessas de regeneração do exercício político, a recorrente ideia de um tempo novo, inaugurado a cada eleição, redundava na permanente rasura de responsabilidades dos políticos. Nas ilhas, a interacção pessoal tende a acentuar a dificuldade em individualizar as responsabilidades, políticas e outras, mesmo se a política se pauta por antagonismos pessoais.

38 A aceitação do que chega de fora depende da carga providencialista em causa. Por isso, quando não se vislumbra essa perspectiva salvífica em quem chega de fora, prevalece um certo alheamento, quando não uma velada hostilidade, como sucede com os expatriados, encarados como potenciais concorrentes na cada vez mais difícil competição pelos recursos e oportunidades.

39 Nas eleições de 2001, ainda ecoaram os ressentimentos derivados do regime de partido único. Lembrou-se a represão de Agosto de 1979, exibindo-se material propagandístico alusivo ao recenseamento, que serviria de pretexto para a amotinação popular, acenando-se, assim, com o passado de totalitarismo do candidato Pinto da Costa. Curiosamente, Fradique de Menezes apresentou-se como isento de responsabilidades por se ter distanciado do regime. A despeito da menção aos gravames do regime de partido único, a vitória de Fradique de Menezes deveu-se à promessa de transformação da acção política, iniciada por um discurso em tons diversos da costumada liturgia política.

os vícios dos *políticos*. Até pelas vicissitudes da vida do progenitor, Patrice Trovoada veio igualmente de fora<sup>40</sup>. Por fim, apesar de primeiro presidente do país, também Pinto da Costa como que se apresentou às eleições de 2011 chegado de fora. Com a legitimidade de pai da independência e de alguém aparentemente arredo à riqueza, que não ostenta, após um período de retiro, tentou emergir como um vulto, a um tempo amadurecido e renovado, apartado das questiúnculas e, nessa medida, indutor da regeneração da acção política. Numa síntese forçosamente grosseira, todos os movimentos políticos com relevo se têm processado do exterior para o território ou da margem para o centro do sistema político. Desde a independência, os líderes chegaram e pretenderam chegar do exterior, fosse do arquipélago, fosse do espectro político, isto é, da teia de cumplicidades políticas prevalentes nas ilhas. A eleição de Pinto da Costa, não desmente a ideia da carga redentora dos líderes chegados de fora, porque, à primeira vista, ele se manteve como que apartado das disputas políticas quotidianas.

Nenhuma proposta significativa ou movimento político de relevo assenta num tirocínio no arquipélago. Diga-se, aliás, que um tirocínio político na terra, quando não prontamente desvalorizado, é interpretado como um percurso dúbio, como se o desempenho de vários cargos de poder não significasse senão que se acumula ao mesmo tempo que se priva os outros do que lhes é devido.

Por ora, as sucessivas creditações das promessas de políticos chegados de fora têm sustido o descontentamento, renovando, fugazmente embora, a esperança. Porém, sendo verdade que a vida das pessoas não é algo de mutável de um dia para o outro, também o é que cada vez mais celeremente se esvai a disponibilidade para esperar. Por isso, a cada passo, logo sobrevém a desilusão. A sucessão de desilusões gera, por enquanto, a errância nas escolhas de governantes.

## As incertezas, a entropia e a demanda do *pulso forte*

Onde radicar o acolhimento a Pinto da Costa e o seu triunfo em 2011? Sem que tal seja uma evidência, a reviravolta nos resultados eleitorais denota uma clivagem profunda entre o comum das pessoas e os dirigentes<sup>41</sup>. Conquanto tal possa ter pesado na votação em Pinto da Costa, não é claro que os são-tomenses quisessem equilíbrios de poder. Também a fulanização da política, a propensão a enfileirar com o homem forte e as redes clientelares poderão não bastar para explicar a sua vitória. Tão pouco terá bastado a animadversão a Patrice Trovoada e o decréscimo de expectativas ao cabo de um ano de governação, sentimento de que, em todo o caso, Pinto da Costa tirou proveito contra Evaristo Carvalho, que tinha contra si o facto de politicamente não ser um *homem grande* ou um *homem forte*. Para além destes factores, há também algo de redenção e de providencialismo associado a Pinto da Costa, de certo modo devido ao ambiente social que se vem sedimentando.

À custa do dinheiro com que pagava às figurantes que o acompanhavam e que animavam os comícios, a inovação coreográfica na sua primeira campanha introduziu um sentido de novidade que potenciou a captação de votos.

40 Até hoje têm curso comentários que salientam a circunstância de Patrice Trovoada não ser um homem da terra, ao que ele, retorquindo, já relembrou o facto de o seu pai ter sido obrigado a exilar-se.

41 De resto expressa na elevada abstenção da primeira volta das presidenciais de 2011, eventualmente atribuível ao efeito (desmobilizador) do elevado número de candidatos. Este elevado número de candidatos militava contra a ideia serem pessoas providenciais. Ao invés, arraigava a convicção de que todos procuravam os proventos da função.

Não apenas os indicadores macroeconómicos como também a observação do quotidiano confirmam uma melhoria gradual da situação económica, o que, pelo menos, significa que o dia-a-dia das pessoas é agora mais fácil de *desenrascar*. Todavia, tal amenizar das dificuldades faz-se através de processos que corroem a vida colectiva. Por exemplo, a corrida aos bens, se não é, parece desenfreada, facto que acelera a monetarização do relacionamento social em detrimento da entreada de outrora.

Este antigo património social, suporte da imagem de bonomia dos ilhéus, está posto em causa, mormente por causa da tensão e da conflitualidade provindas das mutações económicas. Existem leis, assim como saber e consciência do que convém, ou não, no tocante à relação entre o interesse privado e o bem-comum. Mas os pareceres técnicos ou a bondade dos propósitos esbarram, quando não nas inércias das instituições titulares da acção legal e administrativa, na discricionariedade dos mandantes. De acordo com narrações escutadas nas ilhas a cada passo, estes mobilizam solidariedades por pequenos interesses que violam, amiúde por omissão, o bem-comum ou que cedem às tentações de uso do poder em proveito próprio. Por vezes, afigura-se que a sem-cerimónia na instrumentalização do poder e o afrontamento das instituições são, em si mesmos, importantes, mais até do que o benefício daí advindo. Assim se constrói a impunidade, se cultiva a desigualdade e semeia a necessidade de desagravo que forçosamente correrá à margem das instituições. Por último, assim se consolida a ideia de que tal será, inevitavelmente, o caminho da sociedade são-tomense. Ora, nem a ética, nem a autoridade institucional sobreviverão à prevalência da discricionariedade. Enfraquecendo as instituições, a discricionariedade coarcta a defesa do bem comum, indicando aos agentes daquelas que têm de consentir e calar se querem, como é crível que queiram, acautelar o seu futuro.

A somar à percepção de que o futuro se decide fora, tanto a aceleração e a imprevisibilidade das mudanças sociais, quanto também a desregulação dos comportamentos no espaço público vincam uma sensação de entropia, comprovada quer pelo aparato de violência policial antes impensável, quer pelo uso de armas para fazer justiça pelas próprias mãos. Mais, substituindo as antigas delimitações dos *quintés* feitas de pau-sabão, os sobranceiros muros de pedra não delimitam apenas as novas propriedades privadas<sup>42</sup>. Dão nota da pouca confiança dos proprietários na irmandade são-tomense e na actuação da autoridade pública. Perante este quadro, apela-se aos *nossos valores*<sup>43</sup>, imaginados como uma espécie de virtudes primordiais dos são-tomenses. Encarados como solução para os males da sociedade e da *política*, estes *valores* são menos os de uma africanização, que entrou no arquipélago sem bater à porta, do que os inculcados na vida colectiva pelo colonialismo. Seja como for, a evocação faz-se de permeio com equívocos que ajudam a tolher uma clarividente procura de soluções. A via do *pulso forte* parece um caminho para a recuperação desses valores ou, pelo menos, para um ordenamento político e social mais conforme à socialização de outrora. Alguns sectores procuram a previsibilidade e a regulação social (nuns casos, da era do partido único, da qual agora se lembra a ordem do quotidiano, como nessa altura,

42 Outrora, assentes noutros valores e na contenção política e social, as propriedades não careciam de muros de pedra a vedá-las. Hoje, tais muros de pedra, mais do que preservar a intimidade, escondem a riqueza, cavando o fosso social entre os são-tomenses com posses e os que não têm meios de vida.

43 Os tão invocados *valores* nunca serão resgatados por inexistirem nos termos em que são-tomenses os querem imaginar. Esses *valores* e a imagem de bonomia foram criados pela repressão e pela contenção impostas pelo poder colonial, de alguma forma prolongadas no tempo do partido único. Actualmente, a diferenciação económica, espectral na ostentação, e a competição, tão mais aguda quanto as oportunidades parecem irrepelíveis, militam contra os ditos *valores* da terra.

perante as dificuldades do dia-a-dia, se lembravam, à boca pequena, as vantagens do tempo do colono). Justamente, também a procura de segurança fez ganhar Pinto da Costa. Conforme foi dito por um ilhéu, *tenho motivos para odiar esse homem, mas vou votar nele*. Se não reduzirmos as escolhas políticas apenas a um produto da informalização da política<sup>44</sup> – com base no que as pessoas não fariam opções, apenas se moveriam de clientela para clientela – e as atribuirmos, não forçosamente a uma estrita racionalidade, nem a uma errância sem norte, antes a uma procura, intuitiva que seja, de uma trincheira de segurança individual e colectiva, então diremos que o acolhimento da via do *pulso forte* deriva da percepção da porosidade entre desordem institucional e o ambiente social crescentemente agressivo, mormente para os mais indefesos. Alguns esperam de um *pulso forte* uma contenção política e social, para eles, sinónimo de segurança.

Compreensivelmente, muitos associam democracia à desregulação social. A par da concentração da riqueza e da respectiva ostentação<sup>45</sup>, bem como da marginalidade de segmentos sociais, a crispação e a desregulação sociais aumentaram. Na acomodação à ideia da necessidade de um *pulso forte* expressa-se o desejo de uma certa ordem, para o que concorrem ecos de uma alegada identidade cultural, supostamente ligada aos valores da terra. Para alguns, o tempo de Pinto da Costa significou a previsibilidade das condutas e a segurança da vida, como, de resto, sucedera no final do colonialismo. Ainda que a memória dos agravos do regime monopartidário não se tenha esbatido<sup>46</sup>, o recato político de Pinto da Costa e a continuidade das privações após a implementação do multipartidarismo acabaram por levar a que alguns são-tomenses valorizassem a previsibilidade e a ordem do tempo do partido único.

Atento o passado político do candidato, logo assomou a possibilidade do regresso a fórmulas ditatoriais<sup>47</sup>. Uma das questões era a da profundidade das suas convicções democráticas, questão pertinente até em razão da sugestão do meio, local e africano, no sentido de um renovado autoritarismo<sup>48</sup>, insinuado, nas ilhas, por diversos factos, a saber, a reivindicada restauração dos valores de antanho e as propostas de instauração de um regime presidencialista, mormente do ex-presidente Fradique de Menezes e, mais recentemente, de Patrice Trovoada<sup>49</sup>.

44 Veja-se Chabal, 2005.

45 Outrora, a apropriação individual dos recursos externos processava-se com maior discricção. Hoje, conquanto ninguém a prove, essa apropriação (indevida) parece inegável, pois que ninguém crê que a riqueza dos políticos (excepto nos raros casos dos que se tentam pela política depois da angariar fortunas) provenha do empenho laboral ou empresarial na terra.

46 A memória pesou nos resultados eleitorais de 1991 que, ao invés do sucedido noutros contextos africanos, “castigaram” a governação do partido único. Em 2001, a memória jogou um papel contra Pinto da Costa. Contra aquilo que se julgou ser o padrão africano de esquecimento das vicissitudes e atribuições políticas dos primeiros anos de independência, Pinto da Costa perdeu para Fradique de Menezes, que venceu, sobretudo, pela ânsia popular de aceder a dinheiro. Revelou-se mais importante a memória do passado recente do que a memória ideologizada referida ao colonialismo, concretizada nas acusações de racismo feitas a Fradique de Menezes.

47 Se o cartaz do recenseamento de 1979 exibido num comício de Fradique de Menezes de 2001 teve algum impacto ao recordar o passado de autoritarismo de Pinto da Costa, tal deveu-se a duas circunstâncias, a saber, a relativa proximidade desse passado e a avaliação dessa mensagem, não tanto pelo seu significado quanto pela credibilidade atribuída ao opositor, Fradique de Menezes. Tal redundou na sumária condenação política de Pinto da Costa. Já em 2011, afóra as movidas por agravos pessoais, poucas pessoas sustentariam como razoável o alvitre sobre desígnios ditatoriais de Pinto da Costa.

48 Veja-se, por exemplo, Falola, 2004: 273.

49 Não cabe aqui historiar a tentativa de transformação do regime protagonizada por Fradique de Menezes. Sobre a sugestão de Patrice Trovoada, veja-se, entre outras fontes, o seguinte artigo <http://www.telanon.info/politica/2013/06/03/13400/deus-livrou-sao-tome-e-principe-de-um-regime-presidencialista-inedito/> (acesso: 10 de Junho de 2013). A ser verdadeiro o que Patrice Trovoada relata, não deixa de ser significativo que tenha julgado mais avisado apresentar um projecto

Amiúde, sugere-se que a razão pela qual líderes africanos responderam positivamente às pressões no sentido da boa governação e da democracia foi, não um sincero desejo de mudança política, mas o peso das dificuldades económicas agravadas pelo desamparo derivado do fim da Guerra-fria. No arquipélago, a demanda organizada nas ruas de mudança de regime era impensável. Em contrapartida, grassavam a passividade, a sátira corrosiva do regime e o corpo mole. A operar alguma *condicionalidade democrática* era a da propensão para a mudança entre os próprios dirigentes, cansados de uma revolução que se revelara um fardo e os conduziu a um beco sem saída, vinculando-os a uma serôdia fidelidade a desígnios em que, havia anos, já não acreditavam. Ainda não imaginada como tal, a transição para a democracia (que abriria caminho a uma mudança radical da sociedade são-tomense no espaço de anos) começou antes do fim da Guerra-fria, com o impasse económico a que a condução política levava o país<sup>50</sup> e com o reconhecimento de que a via política proposta em 1974-75 tropeçava em múltiplas dificuldades, das quais o alheamento dos são-tomenses não era a menor. Ao cabo de anos, alicerçada num lastro cultural e num modo de estar que os dirigentes tinham desejado erradicar por tributários da alienação colonialista, a resistência passiva dos são-tomenses fizera estilhaçar os projectos do *homem novo* e corroía a autoridade. Ora, independentemente das intenções relativas a si próprio e ao MLSTP, Pinto da Costa encetou a mudança de regime<sup>51</sup>, vindo, embora com décadas de atraso, a colher os resultados dessa iniciativa, bem como, repetimo-lo, do resguardo que procurou para si nos últimos anos.

Embora parte dos votantes possa ter sido aliciada pela acomodação à necessidade de um *pulso forte*<sup>52</sup>, qual compromisso impreciso entre liderança assertiva e boa governação, insusceptível de ser alcançada com líderes fracos ou reféns de questiúnculas partidárias, não era claro que Pinto da Costa quisesse enfileirar nesse movimento de restauração autoritária<sup>53</sup>. Para o comum dos seus votantes, Pinto da Costa, querendo porventura ser encarado como salvador, no sentido de pôr ordem na sociedade, não estava necessariamente fadado para o retorno a processos ditatoriais<sup>54</sup>.

## Notas conclusivas

Em lado algum, o curso da política resulta de um exercício racional de indivíduos ou de grupos. Mas em São Tomé e Príncipe, as pulsões afectivas, de adesão ou de rejeição dos

---

de revisão constitucional com recurso à mediação de um vulto africano do que expô-lo abertamente aos seus conterrâneos. Pareceu, pois, que o argumento de autoridade de uma figura de fora poderia pesar mais do que os resultados de um debate aberto sobre a moldura constitucional, a espaços questionada por políticos e intelectuais.

50 Veja-se Cahen, 1991: 126 e ss.

51 Embora seja matéria para outros estudos, avenge-se que, de alguma forma, Pinto da Costa enveredou pela mudança de regime, atitude com que deve ter surpreendido os seus camaradas de luta dos *Cinco*.

52 Conquanto, num contexto democrático, aberto e com um curto mas profundo historial de desregulação social, um *pulso forte* não baste para impôr a ordem social e a previsibilidade de outrora com que sonham alguns dos votantes em Pinto da Costa.

53 A experiência terá demonstrado a Pinto da Costa a dificuldade de governo do país depois das mutações desencadeadas pela independência e, sobretudo, pela liberalização política. Também por isso, a actual condução do país, sucedânea à queda do governo de Patrice Trovoada, se faz por interposta pessoa, o advogado Gabriel Costa.

54 Algo de diferente se dirá do propósito de querer mandar e de querer arredar Patrice Trovoada. De resto, também este pretendia concentrar todos os poderes a partir da transformação da actual arquitectura constitucional num regime presidencialista, anunciando-se como concorrente ao cargo de presidente. Tal matéria merece estudo separado.

políticos, pesam bastante, sendo captáveis para projectos voluntaristas (nalguma medida, sucedeu assim em 1975 e pode voltar a ocorrer) e para desígnios erráticos.

A concordar com a ideia de que, após 1991, foi morrendo a euforia popular com a *mudança*<sup>55</sup>, aceita-se também que na apregoada *mudança* convergiam aspirações negadas e sufocadas durante quinze anos (diferentemente, no tempo colonial, a assimetria social era naturalizada e aceite pela maioria da população), tornando-a um poderoso factor de mobilização política em São Tomé e Príncipe, onde, diferentemente do sucedido noutros países africanos, se vem constatando a alternância no poder. Aliás, dir-se-ia que, no arquipélago, mais do que alternância se observa instabilidade.

Subsequentemente abastardada, a *mudança* voltou de novo a ser a palavra de ordem vitoriosa em 2010. Tal significa que o mote vale menos do que a credibilidade – na circunstância, não a derivada da congruência do discurso político mas a da promessa implícita de providencialismo – de quem o enuncia (também Fradique falava de *mudança* e, em 2010, o MDFM foi, não castigado, mas sim ignorado). Fosse como fosse, a *mudança* de Patrice Trovoada logo foi derrotada em 2011.

Que cultura política popularizada suporta estes movimentos erráticos ou, em alternativa, esta procura intuitiva de soluções políticas viáveis e com alguma racionalidade? É difícil responder a esta questão, mas elenquemos alguns possíveis factores da modelação da evolução política nas ilhas nos próximos anos.

Vários projectos de intentos regeneradores das práticas políticas revelaram-se um fracasso, levando à dispersão dos seus promotores. Dezenas de anos após o fim do regime de partido único, a sociedade civil mantém-se incipiente. Não há uma sociedade civil que interpele a governação. A desconfiança e a descrença deverão continuar a pautar uma atitude negativista relativamente aos poderosos e aos *políticos*.

Hoje já ninguém crê que político algum venha a repor a decência mínima dos padrões de vida. Dir-se-ia que, embora inconfessadamente, se elegem políticos sobretudo para “castigo” dos que não cumpriram com a palavra. A verificar-se, possibilitada pelo funcionamento regular da democracia, esta hipótese significaria que a população teria perdido toda a res-tia de esperança. Não será assim, mas talvez se possa dizer que a população se defrauda a si própria depositando excessivas esperanças em personagens que se anunciam com propósitos subliminar ou declaradamente redentores.

Apesar das manifestações contra os *políticos* – tal o resultado de uma trajectória de perda tida por insuperável –, repise-se que os mecanismos democráticos de reprodução ou alteração do *status quo* político funcionam. Todavia, apesar do respeito pela liberdade individual, esta é alienada pelo *banho* que gera a duplicidade de quem alicia e de quem se deixa aliciar. Agora já se recomenda à população que aceite o *banho* mas que vote em consciência, como se tal fosse possível ou não acarretasse, em todo o caso, um abaixamento da fasquia ética dos políticos, das instituições e da sociedade. Por isso, também o *banho* laborará para a corrosão da arquitectura política e institucional, cujas consequências a prazo só poderão ser comportamentos anti-sociais e disruptivos, desde os que atentam contra a urbanidade e o civismo até à criminalidade e aos motins. Por ora, não há alternativa que não a de dar *banho*, mas os próprios políticos já estão cansados do que eles próprios semearam. Qual *maldição*, não é possível acabar com o *banho* num horizonte concebível. Tal implicaria uma mudança do *modus operandis* da política que não se vislumbra poder ocorrer.

<sup>55</sup> Graça, 2011: 181.

Pode dizer-se que a nota dominante das relações políticas e sociais no momento presente é a do aumento da desconfiança nas instituições, assim como entre pessoas e grupos, em consequência do individualismo, da anomia e da crescente concorrência sem regras ou com regras interpretadas de forma casuística. Diferentemente de visões de tom simultaneamente pragmático e optimista, que se interrogam sobre os meios para reverter a descrença instalada, a perspectiva para os próximos tempos será a do aprofundamento da desconfiança entre a população e os *políticos*, concomitante da tendência para a fulanização da política. Por paradoxal que tal se afigure, dado o substrato cultural legado pelo colonialismo, a democracia representativa não é um fardo estranho em São Tomé e Príncipe. Mas tal não apaga a corrosão dos laços sociais devida à instrumentalização e da patrimonialização do Estado, procedimentos que, esses sim, são um fardo. Acresce que, a par da persistência das privações, o fosso crescente entre os ricos e os marginalizados contribui para a erosão de qualquer chefia política. A não ser fugazmente, poucos crêem em promessas de políticos. A crescente descrença da população é o caldo de cultura da pulsão na direcção do *pulso forte* ou de uma condução política que simule uma desforra dos desapossados. Vaticinemo-lo, uma tal deriva voluntarista, de início aparentemente dirigida contra os mandantes, acabará direccionada sobretudo, quando não exclusivamente, para a repressão dos envolvidos na eventual conflitualidade de rua e na pequena criminalidade.

Avulta a necessidade de efectiva mudança, não forçosamente de arquitectura política, mas de actuação dos seus actores, sob pena de fenómenos como o crescimento demográfico, a escolarização da juventude, a politização da rua e o desemprego poderem levar a convulsões político-sociais e, em qualquer dos casos, a empobrecer o arquipélago de gente capaz. Sentimentos, como, por exemplo, a intolerância, podem irromper entre os são-tomenses, só não sendo irreparáveis por serem mutantes.

Por paradoxal que se afigure, a competição política continuará a assentar em promessas renditoras. Susceptível de manipulação, a propensão para a adesão a homens providenciais conducente à errância nas votações deriva da percepção de que os atropelos às leis passam incólumes, sem que as instituições, atoladas em formalismos processuais, em défices de saber e em cumplicidades pessoais e grupais, pareçam capazes de impor a legalidade. Deste modo, parecerá que um político de propósitos firmes e/ou de *pulso forte* – estatuto a que tanto Patrice Trovoada como Pinto da Costa se quiseram alcandorados – pode conseguir a regeneração social que os dúplices ou os titubeantes não conseguem obter.

## Referências bibliográficas

- Cahen, Michel (1991), “Arquipélagos da alternância: a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.º 14-15, IICT-CEAA, Lisboa, pp. (113-154).
- Castells, Manuel (2002), *Fim de milénio*, São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Chabal, Patrick (1993), “Some reflections on the post-colonial state in the Portuguese-speaking Africa” in *Africa Insight*, vol. 23, n.º 3, pp. 129-135.
- \_\_\_\_ (2002), *A history of postcolonial lusophone Africa*, Londres: Hurst & Co.
- \_\_\_\_ (2005), “Violence, power and rationality: a political analysis of conflict in contemporary Africa” in Chabal, Patrick, Engel, Ulf e Gentili, Anna-Maria, *Is violence inevitable in Africa? Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*, Leiden, Brill: pp. 1-14.

- Diop, Momar Coumba e Diouf, Mamadou, (1992), “As sucessões legais: mecanismos de transferência do poder em África” in *Ciências sociais em África*, Lisboa, Edições Cotovia, pp. 129-167
- Falola, Toyin (2004), *Nationalism and african intellectuals*, Rochester: University of Rochester Press.
- Frynas, Jędrzej George; Wood, Geoffrey and Oliveira, Ricardo M. S. Soares de, (2003), “Business and politics in São Tomé e Príncipe: from cocoa monoculture to petro-state” in *African Affairs* 102, Royal African Society, pp. 51-80.
- Graça, Carlos (2011), *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, Lisboa: UNEAS.
- Hodges, Tony e Newitt, Malyn (1988), *São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*, Londres: Westview Press.
- Hugon, Philippe (2009), *Geopolítica de África*, Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Nascimento, Augusto (2007), *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*, edição digital, Porto, CEAUP, <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads.EB005/pdf>.
- \_\_\_\_ (2010a), “São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua” in *Tempo do Mundo*, vol. 2, n.º 3, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada, Brasília, pp. 45-73.
- \_\_\_\_ (2010b), “S. Tomé e Príncipe: a independência, o monopartidarismo, a democracia e o empobrecimento”, in *Caminhos Cruzados*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 309-327.
- \_\_\_\_ 2011a, “Elites em São Tomé e Príncipe: os lastros da história, as peias do presente” in [http://www.general.assembly.codesria.org/IMG/pdf/Augusto\\_Manuel\\_Saraiva\\_do\\_Nascimento\\_Diniz-2.pdf](http://www.general.assembly.codesria.org/IMG/pdf/Augusto_Manuel_Saraiva_do_Nascimento_Diniz-2.pdf).
- \_\_\_\_ (2011b), “São Tomé e Príncipe: a independência ou o parto do autoritarismo” in Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz orgs., (2010), *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. África e Ásia*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 157-205.
- Seibert, Gerhard (2001), *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Vega.
- \_\_\_\_ (2002), “São Tomé e Príncipe” in Chabal, Patrick, *A history of postcolonial lusophone Africa*, Londres: Hurst & Co, pp. 291-315.
- Vicente, Pedro C. (2013), “Is Vote-buying Effective? Evidence from a Field Experiment in West Africa” in <http://www.pedrovicente.org/banho.pdf>, acesso: 7 de Junho de 2013.